



■ Presidente **p.2**  
Previsões económicas mantêm-se



■ PSD **p.6**  
PSD quer consenso político sobre a reforma do IRS

# POVO LIVRE



nº 1851

12 de Novembro de 2014

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## “VISÃO MANIQUEÍSTA” DA OPOSIÇÃO PREJUDICA PORTUGAL



Mega-jantar com militantes em Lisboa

# Previsões económicas mantêm-se

Face a uma “recuperação ainda fraca” da economia portuguesa, é essencial continuar com “uma agenda de reformas estruturais” que aumente o potencial de crescimento económico futuro. No entendimento do Primeiro-Ministro, “estamos todos de acordo em que a recuperação que se sente em Portugal, apesar de estar um pouco acima da média da zona euro, continua a ser uma recuperação ainda fraca e que, portanto, a importância de continuar com uma agenda de reformas estruturais que aumente o nosso potencial de crescimento no futuro é essencial para nós podermos ser bem-sucedidos no médio e no longo prazo”. Pedro Passos Coelho fez estas declarações a propósito da primeira missão de monitorização da ‘troika’ pós-programa de resgate a Portugal - na sequência da qual a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu consideraram ter havido uma diminuição do ritmo das reformas em Portugal, durante uma visita a uma empresa portuguesa tecnológica, em Algés, dia 5.

Segundo o Primeiro-Ministro, esta missão consistiu numa “troca de informações” que foi “bastante positiva”. O chefe do executivo referiu que há “divergências na maneira como se valorizam determinados elementos”, mas acrescentou que existe “acordo” sobre a necessidade de “continuar com uma agenda de reformas estruturais”.

O Primeiro-Ministro considera não haver razões, nesta altura, para alterar as previsões inscritas no Orçamento do Estado para 2015 nem adoptar medidas adicionais, mas afirmou que o Governo está disponível para vir a “ajustar” a sua estratégia. “Não vou estar a assustar nem os agentes económicos nem os portugueses com medidas que nem sei sequer se serão necessárias ou não. Do nosso ponto de vista, nesta altura, nada justifica estar a apresentar novas medidas, seja do lado da despesa, seja do lado da receita”, afirmou.

Depois de reiterar que a redução do défice para menos de 3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 é para o Governo um “compromisso de honra”, Passos Coelho acrescentou: “Cá estaremos dispostos a ajustar a nossa estratégia, se alguma coisa se vier a verificar ao longo dos próximos meses que aconselhe essa alteração”.

## Governo segue com atenção o que se passa na PT

O líder do executivo declarou que o Governo foi informado por algumas empresas do seu interesse na compra da PT Portugal e segue atentamente este assunto, mas não vai intervir de forma alguma. Em resposta aos jornalistas, Passos Coelho assinalou que está em causa “uma empresa privada” e reiterou que “o Estado não vai intervir neste processo”, o que não significa que “o Governo não acompanhe a situação” da PT - “uma empresa de grande dimensão, que intervém num sector bastante sensível também” em Portugal. “Portanto, acompanhamos o que se está a passar, sabemos que há diversas empresas que manifestaram interesse em poder adquirir a PT Portugal. De resto, algumas delas quiseram informar previamente o Governo dessa sua disponibilidade ou desse seu interesse, e a todos o Governo disse exactamente o que lhes estou a dizer nesta altura: o Estado não interferirá”, acrescentou o Primeiro-Ministro.

Passos Coelho disse esperar que “este seja um processo tão transparente e competitivo quanto possível”. Questionado se está preocupado com a situação da PT, respondeu: “Eu sigo com atenção o que se passa na PT, como afirmei agora. Não quero acrescentar nenhum ruído nem ponta de preocupação àquelas que já existem”.

“Acho que o futuro da PT é importante para a economia, mas vejo que existem movimentos que estão nesta altura desenvolver-se - que não partem do Estado, não estão influenciados pela decisão do Estado, e que não contarão com a intervenção de favor do Estado no sentido de poder ser mais amigo de uns ou de outros. O Estado não tem de intervir neste processo, a PT tem



os seus accionistas, e os potenciais compradores terão de negociar justamente com esses accionistas o melhor resultado. E é isto que eu espero que possa acontecer”, completou.

Antes, Passos Coelho lembrou já ter afirmado no Parlamento que “o Governo não tenciona nacionalizar

ou intervencionar a PT, isso está fora de causa, e não tenciona intervir dentro da empresa sob forma nenhuma”. “Tivesse o Estado feito aquilo que eu hoje advogo como regra no passado e talvez este desfecho não tivesse acontecido com a PT, e talvez certos negócios não se tivessem feito, e por aí fora”.

## “Portugal é um país irmão de Timor”

O Primeiro-Ministro lamentou a expulsão de magistrados portugueses pelas autoridades timorenses, afirmou ter feito tudo para evitar esse desfecho e considerou que muita água terá de correr para Portugal retomar a cooperação judiciária com Timor Leste. “Nós somos muito amigos de Timor, somos um país irmão de Timor, mas há regras e há limites que têm de ser respeitados. E quando não são, isso tem consequências. Tenho pena, lamento profundamente que tudo aquilo que foi a troca de informação que foi registada antes destas decisões serem tomadas não tivesse sido suficiente para evitar este desfecho. Agora, teremos de viver com ele e teremos de aprender com esses resultados. Poderemos estar abertos a retomar a cooperação com Timor na área judiciária - que é uma área muito particular e muito sensível - mas para que isso aconteça ainda muita água terá de correr debaixo das pontes, e muita coisa terá de ser reavaliada”, concluiu.

Mega-jantar “Acima de tudo Portugal”

# “Visão maniqueísta” da oposição prejudica Portugal



O presidente do PSD acusou António Costa de ter “uma visão de orgulhosamente só” ao rejeitar acordos pré-eleitorais e desafiou-o a rever essa posição. “Espantame como, ao fim destes anos, ainda haja, em particular no principal partido da oposição esta visão de que só é possível entendimentos depois das eleições”, afirmou Pedro Passos Coelho, durante um mega-jantar com militantes do PSD, em Lisboa, dia 7. “Alguém que se propõe governar o país com esta perspectiva não aprendeu com a história, com os erros que cometeu o seu próprio partido, e não tem a oferecer aos portugueses se não uma visão do orgulhosamente só, de que ou todos concordam comigo e então estamos de acordo, ou não concordam comigo e não há acordo para ninguém”, considerou.

Declarando não se conformar com a posição de António Costa de rejeição de compromissos alargados de médio prazo antes das legislativas, líder do PSD acrescentou: “O Partido Socialista tem tido desde há muitos



anos a esta parte uma visão maniqueísta da política e de Portugal. O compromisso, para o Partido Socialista, só é possível de obter se o Partido Socialista ganhar as eleições e tiver a responsabilidade de governar. Se ganhar as eleições o Partido Socialista reclamará por compromissos, mas se estiver na oposição o Partido Socialista não vai mostrar disponibilidade para atingir compromissos. E eu espero, e insisto, que não seja necessário esperar pelas próximas eleições, que o PS volte a estar na oposição, como eu desejo, que não seja preciso esperar por esse dia para podermos conversar e podermos acrescentar alguma coisa de positivo ao horizonte dos portugueses”.

Passos Coelho criticou os socialistas por terem participado numa “relação muito pouco transparente” entre Governo, PT e Banco Espírito Santo (BES), à qual associou os que agora estão na “primeira linha do PS”. Foi o actual Governo que pôs fim “a uma cultura política de favorecimento do Estado a “grupos de influências”, e por isso, Passos Coelho desafia o candidato do PS a Primeiro-Ministro, António Costa, a falar destas matérias, e a revelar qual era a sua solução para o BES. “Deve-nos orgulhar saber que pusemos um ponto final nessa maneira de estar, nessa cultura política, nesse abuso sobre os portugueses que foi perpetrado durante mais de dez

anos”, disse o líder do PSD, acrescentando: “Quem quer falar de mudança em Portugal tem de dizer com clareza o que quer nestas matérias, não pode apenas esperar que as pessoas tenham fraca memória e, desgostosas das medidas difíceis que tivemos de aplicar, prefiram qualquer aventura a seguir uma linha determinada de mudança como nós vimos fazendo”.

oportunidades e ajudas que nos concederam”, sustentou.

Segundo Passos Coelho, “sabe-se hoje que a PT funcionava como tesouraria do Grupo Espírito Santo”, e impõe-se falar sobre isso. “Aqueles que se indignam com o Governo por não salvar a PT - leia-se, não nacionalizar a PT, não assumir as perdas que foram provocadas por má gestão - o que é que dizem desse tempo em Portugal em que havia essa relação muito pouco transparente entre o poder do Governo, uma grande empresa privada que tinha também capitais públicos, e um banco privado que era dado como sendo o banco do regime”, perguntou.

Em seguida, questionou os socialistas: “O que têm a dizer hoje todos aqueles que estão na primeira linha do PS a sonhar com o regresso ao poder de um tempo em que foram poder e, não apenas consentiram como alinharam com estes comportamentos que hoje são dados como lesivos do prestígio do país?”

O líder do PSD introduziu este tema depois de defender que Portugal “mudou com a crise” e “está a mudar para melhor”, manifestando surpresa face às críticas à solução adoptada para o Banco Espírito Santo.

“O que era suposto fazer? O que foi feito na altura com o BPN? Colocar em risco toda a estabilidade do sistema financeiro para resolver o problema do GES? Colocar em risco o dinheiro dos contribuintes, seja directamente, fosse através da Caixa Geral de Depósitos, para evitar que os que faliram o BES tivessem de ajustar contas com os seus credores? Íamos pôr os portugueses e Portugal a pagar as contas de quem não soube gerir aquele grupo? Porque é que a oposição não tem coragem de dizer o que defendia, em alternativa à decisão que foi tomada”, interrogou.

O presidente do Partido lembrou que “muito mudou nestes três anos e este governo, se foi um governo de combate para garantir que saíamos do programa de ajustamento, também foi um governo de mudança”. A determinação do Primeiro-Ministro foi essencial para que Portugal saísse do programa de resgate iniciado em 2011. “Se ser teimoso significa, para um conjunto de observadores, não andar sempre a fazer a vontade à oposição, a todos aqueles que prometem uma via mais fácil, mais simples, mais enganosa de abordarmos os problemas, então sim, eu acho que o facto de ser teimoso, por não lhes fazer a vontade, teve como boa consequência nós conseguirmos sair do resgate financeiro, ter a nossa economia a crescer, ter a taxa de emprego a aumentar, ter o desemprego a baixar”, destacou.

“Se não fosse essa persistência, se eu tivesse feito a vontade a todos aqueles que acham que eu fiz mal, então o que nós teríamos tido, de facto, era um resultado bem diferente, e o que estaríamos hoje era a perguntar-nos como encararíamos os portugueses se tivéssemos tido a necessidade de ter um segundo resgate ou, pior do que isso, de estarmos preocupados em saber se nos



concederem um segundo se tivéssemos deitado pela janela todas as

O líder do PSD frisou que “faz muito mal quem pensa que pode repetir o passado sem o recordar e aprender com ele”. “O dinheiro dos contribuintes não serve para pagar privilégios da economia portuguesa nem privilégios da política portuguesa. Sabem por que razão Portugal, após quase 10 anos de moeda única, apesar do volume enorme de financiamento que recebeu de fundos europeus e das poupanças do Norte e do Centro da Europa que conseguiram atrair para os seus bancos, não só não convergiu como divergiu da média europeia e ficou mais pobre em termos relativos do que estava antes? Porque todo esse dinheiro foi canalizado para

as actividades mais protegidas, menos produtivas, em detrimento de ser aplicado naqueles que tinham boas ideias, bons projectos, boas empresas mas que não aceitavam vender-se aos principais grupos de influência em Portugal”.

Passos Coelho deixou uma nota final sobre o que os cidadãos podem esperar nos próximos tempos: “Os portugueses irão ao longo de 2015 perceber que não faremos apenas o que tem de ser feito, faremos várias outras coisas também porque já estamos em melhores condições para as poder fazer. Depois de 2015 essa perspectiva pode ser ainda mais alargada, porque nestes anos construímos o caminho para que a próxima década em Portugal seja diferente da década que nos legaram”.

# Primeiro-Ministro recebeu o Presidente da Colômbia

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, participou num almoço, durante a recepção do Presidente da República ao Presidente da Colômbia, dia 6. Para Juan Manuel Santos, Portugal é um país com o qual, “sem lugar a dúvidas”, Colômbia tem “as melhores relações” da sua história. O Presidente colombiano, que incluiu Lisboa num périplo europeu que já o levou a Bruxelas, Berlim e Madrid, e no âmbito do qual estará também em Paris e Londres, sublinhou que “nos últimos anos, Portugal e a Colômbia geraram dinâmicas muito positivas para os dois países em todas as frentes, a frente económica, a frente política, a frente social, cultural, de investimentos”. “Há investidores muito importantes que já estão presentes na Colômbia, gerando prosperidade e riqueza no nosso país, e aqui também, porque é disso que se trata”, afirmou Juan Manuel Santos. Durante esta visita, Cavaco Silva ratificou o acordo de comércio livre com a Colômbia.



# PSD quer consenso político sobre a reforma do IRS

A direcção nacional do PSD mandatou o grupo parlamentar social-democrata para, em articulação com a bancada do CDS-PP, estabelecer contactos com o PS e o Governo na procura de um consenso sobre a reforma do IRS. “Nós, mais do que nos fixarmos no que o PS já disse, fazemos um apelo a que o PS esteja disponível para este diálogo construtivo com a maioria”, declarou à agência Lusa o porta-voz e coordenador direcção nacional do PSD, Marco António Costa, considerando que “seria incompreensível que o PS demonstrasse indisponibilidade para colaborar numa reforma que é relevante para os interesses dos portugueses”.

Segundo o porta-voz do PSD, “é urgente que se trabalhe este tema no sentido de se conseguir obter um consenso que seja possível transportar para o Orçamento do Estado para 2015 e, assim, as pessoas, no ano de 2015, poderem beneficiar de algumas dessas medidas que venham a ser consensualizadas”.

Em causa está a proposta de lei do Governo de alteração ao código do IRS, que deu entrada na Assembleia da República, associada a uma outra proposta de lei, da chamada “reforma da fiscalidade verde”.

Marco António Costa afirmou que “a Comissão Permanente do PSD mandatou o grupo parlamentar do PSD para encetar, em articulação com o grupo parlamentar do CDS-PP, contactos com o PS e com o Governo para efeitos de discussão e harmonização de uma posição política relativamente à proposta de reforma do IRS”. O objectivo do PSD é “obter um amplo consenso político sobre uma reforma que é estrutural para a vida dos portugueses, que trata um tema que é central para o futuro do país, que é o apoio às famílias e, objectivamente, por essa via, um incentivo à natalidade, e simultaneamente que desagrava sob o ponto de vista fiscal o quotidiano dos portugueses”, acrescentou.

Caberá ao grupo parlamentar definir “os contornos concretos” e a “a melhor metodologia desse trabalho”, considerou.

A Comissão Permanente Nacional do PSD é o órgão mais restrito de direcção, composto pelo presidente, vice-presidentes da Comissão Política Nacional, líder parlamentar e pelo secretário-geral.



Paulo Macedo nas “Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão”

## Défice inferior a 3 por cento credibiliza Portugal



O ministro da Saúde entende que “é importante que Portugal fique abaixo dos 3 por cento de défice”, pois consolida a credibilidade de Portugal junto dos mercados e dos parceiros externos. Recordando que um défice orçamental abaixo dos 3 por cento “aconteceu apenas três vezes em 40 anos”, Paulo Macedo defende que “quando nos apresentarmos perante alguém, termos 40 anos de défices continuados ou, de facto, interrompermos este ciclo”, e “não é uma questão desprecienda”.

Paulo Macedo participava nas “IV Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão”, na Guarda, destacando também a importância não só de Portugal não ter défices, mas de “gerarmos ‘superavits’ para podermos compensar todo o endividamento que fizemos”. “Quando se diz que há um Orçamento de responsabilidade é porque, de facto, continua a ser bastante importante ficar abaixo dos 3 por cento”, que “não são nenhuma meta mágica”, mas “apenas a meta que permite que deixemos de ter sobre nós procedimentos de défice excessivo por parte da União Europeia, de acordo com o que Portugal celebrou do Tratado Orçamental”.

Em relação ao Orçamento do Estado para 2015 no sector da saúde, referiu que o que se fez com as taxas moderadoras foi “diminui-las muito ligeiramente”. O ministro referiu também que o orçamento contempla medidas de incentivo para fixação de médicos nas regiões do interior, o que poderá “trazer consequências positivas em termos de atracção de novos médicos”.

Paulo Macedo afirmou ainda que o Orçamento de 2015 é o “mais transparente, não só para a área da Saúde como para as outras áreas”, apontando que o que se fez com as taxas moderadoras foi “diminui-las muito ligeiramente”.

que nele estão “todos os hospitais empresa e todas as entidades que circulam à volta da saúde”, e que este “Orçamento mais transparente evitará surpresas no futuro”. Na abertura da sessão, o líder distrital do PSD, Carlos Peixoto, declarou que o OE 2015 “é o orçamento possível” e “se não é propriamente muito bom para o país, é muito menos para o interior”. “Não vejo vertido no Orçamento um verdadeiro plano de coesão territorial”, advertiu o dirigente, lembrando que as portagens nas duas auto-estradas da região (A23 Guarda/Torres Novas e A25 Aveiro/Vilar Formoso) “continuam a ser as portagens mais caras do país”.

Entrevista a Marco António Costa

# “Costa ainda não é líder do PS e já tem 800 milhões de euros de promessas”

*O porta-voz do PSD garante que o governo não abrandou o ritmo reformista. Pede mais um mandato para completar o trabalho de aplicar 26 mil milhões de euros dos fundos da UE. Diz que António Costa tem uma mão cheia de promessas que podem arrastar o país para o passado.*

**Todas as instituições europeias dizem que as metas do OE 2015 não são fiáveis. Só o governo tem razão nesta matéria?**

Vivemos um tempo na política em que as pessoas se cansaram de previsões, de promessas, e exigem resultados. A próxima eleição, as legislativas, não será um concurso de promessas e muito menos um concurso de simpatia. Os portugueses sabem bem que um discurso simpático hoje da classe política nem sempre corresponde a um discurso realista e que no futuro não traga consequências muito nefastas.

**Não foi esse o discurso que levou o PSD a ganhar as eleições em 2011? Houve mesmo a promessa de não aumentar impostos...**

Eu julgo que não. O PSD chegou ao poder depois de ter apresentado uma proposta de revisão constitucional que foi altamente contestada e altamente polémica.

**E por isso não foi a votos em 2011...**

O PSD chegou ao poder apoiando o aumento de impostos, o primeiro-ministro que era líder da oposição apoiou o aumento de impostos e até pediu desculpa aos portugueses.

**Mas disse que não aumentava mais e aumentou.**

O primeiro-ministro enquanto líder da oposição nunca foi um político clássico nem convencional, foi sempre corajoso colocando o interesse nacional acima do interesse partidário. Apresentou propostas, coisa que o líder do PS não apresenta.

Para além de tentar ganhar um concurso de simpatias na opinião pública, prometendo tudo a todos, não tem propostas concretas sobre matérias de fundo.

**O PS viabilizou o Orçamento do do enorme aumento de impostos do ex-ministro Vítor Gaspar...**

O tempo em que tiveram vergonha do que fizeram ao país é muito curto!

**A missão da troika que esteve recentemente em Portugal diz que o ritmo das reformas abrandou.**

Um governo que apresenta um orçamento com um objectivo de défice abaixo dos 3%, e que o faz para ser julgado no ano eleitoral, é um governo ambicioso e que tem reformas importantes: requalificação na administração pública; privatizações de empresas como a TAP; proposta para a prestação única ou um plafond para as prestações sociais; quando o primeiro-ministro diz se ganhar as eleições continuará a fazer uma reforma da administração pública e a devolução dos rendimentos aos funcionários públicos será ao ritmo de 20% ao ano, não é um governo que abrandou o seu espírito reformista.

**A cultura de compromisso é possível em ano de eleições?**

Com políticos responsáveis é!

**Não se podia ter avançado mais na reforma do Estado?**

A reforma do Estado é um processo contínuo, mas o Estado que temos hoje não é de forma nenhuma comparável como que tínhamos.

**Foi o próprio primeiro-ministro que disse que a**



**reforma do Estado estava por fazer. A responsabilidade é de Paulo Portas?**

A responsabilidade é do governo no seu todo. Agora a questão é que precisamos de um Estado mais eficaz, mais virado para o cidadão. Esse é um trabalho de todos os ministros, e o vice-primeiro-ministro fará o acompanhamento dessa matéria.

**A entidade auditora do FMI reconheceu que a receita da austeridade foi perniciosa para as economias europeias. Não acha que fomos muito seguidistas dessa receita?**

Nunca escondi a minha repulsa pela atitude hipócrita que o FMI revelava ao obrigar os países que estavam sob resgate a cumprir determinadas políticas e depois produzirem relatórios piedosos supostamente sobre os seus erros. A verdade é que a nossa economia está a crescer, em que somos surpreendidos todos os dias pela redução da taxa de desemprego - que está longe de ser a ideal e a que desejamos - mas ter hoje uma taxa de 13,1% é muito diferente de 17% como tivemos.

O FMI é uma instituição que está a viver um tempo de desencontro com a realidade e terá que fazer um grande ajustamento.

**Mas o governo não devia fazer um ato de contrição?**

Quem deveria fazer era a oposição!

O governo pegou num país que não tinha nem presente nem futuro e resolveu não se deixar intimidar pelas dificuldades e esteve sozinho, sem nenhuma ajuda da oposição.

Estamos a meio do caminho, precisamos de mais um mandato para fazer o que é preciso. E temos fortes razões para considerar que há uma esperança e uma confiança

no futuro. Este tempo fica marcado por um político que tem características muito especiais: é avesso a fazer promessas e a fugir à realidade.

**É um político também teimoso, que se recusa a fazer uma remodelação governamental quando há vários ministros que se tomaram um problema político, casos de Nuno Crato, Paula Teixeira da Cruz e Rui Machete...**

Onde vê teimosia vejo convicção.

**Mas não seria desejável uma remodelação?**

Aí está um tema que é da reserva exclusiva do primeiro-ministro.

**Não reconhece que o processo de colocação de professores pode ser um problema para o partido em termos eleitorais?**

É um problema acima de tudo para o país. Correu mal. Mas quando se detectou o erro não se tentou esconder nada. Pediu-se desculpa e tentou-se corrigir o erro.

**Também houve erros com o Citius...**

Está em curso é uma investigação na PGR sobre o que se terá passado. Julgo que todos reconhecemos à Dra. Paula Teixeira da Cruz uma competência à prova de bala.

**Houve sinais de fricção entre Passos Coelho e Paulo Portas. Não seria desejável caminhar para uma coligação pré-eleitoral entre PSD e CDS para dar um sinal de estabilidade ao país?**

Fui eu que suscitei esse assunto na praça pública logo a seguir às eleições europeias. Entendia que saídos de umas eleições em que, apesar do resultado não ter sido o que tínhamos desejado, houve uma forte coesão no terreno entre os dois partidos. O CDS considerou que aquele não era o momento adequado.

Entretanto iniciou-se um processo no PS que não está concluído. Haverá um tempo para fazermos essa discussão. Eu não tenho encontrado nenhuma dificuldade nas relações com o CDS. E o governo funciona de forma harmónica.

**E o PSD quer mesmo uma coligação com o CDS para as legislativas de 2015?**

É natural que os dois partidos venham a coligar-se no futuro dado o historial que têm.

**Como se mobiliza um partido, o PSD, que não acredita na vitória?**

Com muito trabalho e acima de tudo fazendo-os perceber que durante estes anos de governação estivemos a compor o que outros estragaram. As pessoas tendem a culpabilizar os governos nos momentos que vivem as dificuldades.

**A crítica a jornalistas e comentadores, como fez o primeiro-ministro por duas vezes, faz parte dessa estratégia de mobilização do partido?**

Têm-se repetido inverdades na vida pública portuguesa e que têm tido eco na comunicação social. Inverdades que têm sido ditas pela oposição, mas também por muita gente da nossa área política, que convivem mal com a circunstância de o partido ter rompido com um estilo que estava instituído ligado ao velho país que existia. Por exemplo, para muita gente a descida do desemprego resulta da emigração...

**Não é só, mas também...**

Pois, mas a verdade é que foram criados 160 mil postos de trabalho no último ano.

**E quantos foram destruídos?**

Foram destruídos muitos mais, mas pelas políticas que levaram à bancarrota. E nós estamos a recuperar os postos de trabalho.

**O Governo deve manter-se afastado da situação da PT?**

A intromissão do governo em empresas totalmente privadas não é saudável.

**Mas a PT não é uma empresa qualquer.**

O governo deverá intervir se o projecto que estiver em cima da mesa for um projecto para desmembrar esta importante estrutura empresarial de referência para o país. A PT tem na área da investigação e da inovação um papel no centro e no Norte do país. Mas o governo não deve intervir na escolha que os accionistas têm de fazer a quem vendem as acções, porque isso chama-se interferir em negócios.

**Que atitude deve Portugal ter perante a expulsão dos magistrados de Timor?**

Não conheço os fundamentos para esta atitude do governo timorense, mas conhecemos o processo e devemos condená-lo com veemência. É indigno num Estado de direito e de um país com o qual temos relações preferenciais e vínculos emocionais muito fortes o tratamento que foi dado aos nossos magistrados.

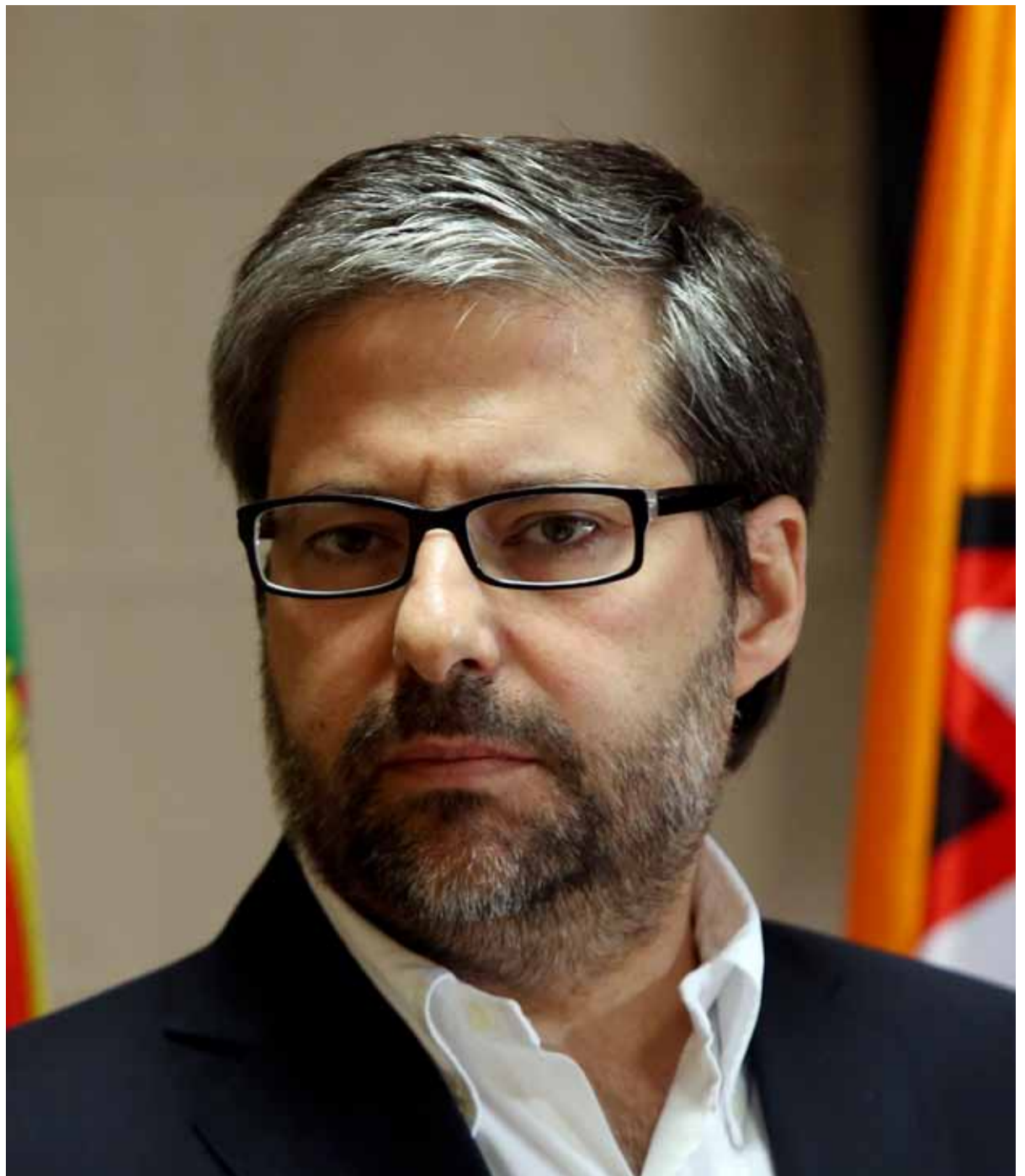
**A campanha das legislativas vai ser um combate de promessas?**

As próximas eleições serão as do concreto, da necessidade de avaliar com grande rigor o que se quer fazer e como se pretende fazer. Proclamar só boas intenções não chega.

**Mas se o PS ganhar as legislativas com maioria relativa, o PSD estará disponível para um governo de bloco central?**

Se quisesse optar pela especulação tinha ido para comentador, prefiro ser actor político. Vamos lutar porque acreditamos no que fizemos e porque temos de completar um trabalho no país. Temos um trabalho muito importante que é aplicar com rigor 26 mil milhões de euros que poderão ajudar a transformar o país até 2020 num país solidamente em crescimento económico, com aumento do emprego qualificado.

**O PS também terá uma mensagem de esperança para o país.**



Pelo que se adivinha na liderança do PS o silêncio será a principal táctica utilizada. Pedir as eleições antecipadas não é mais do que o medo que o PS tem deste tempo em que terá de ser julgado pela sua acção no passado, mas também no presente. No passado porque levou o país à bancarrota, no presente porque não teve nenhum gesto de disponibilidade para ajudar o país a sair da situação em que o PS o enterrou em maio de 2011.

**O país que o PS deixou ao PSD para governar já foi julgado politicamente nas eleições de 2011.**

Os efeitos do país que encontrámos só foram vividos nos três anos seguintes. Em Junho de 2011 verdadeiramente os portugueses não tinham sentido na pele as consequências desses erros. Nestes três anos sentiu-se na pele de uma forma muito acentuada as consequências dos erros de governação do PS.

**Não foi o PSD que disse que não se desculparia com os erros cometidos pelo governo anterior?**

Não nos estamos a desculpar. Estamos a recordar. Recordar é viver [riso]. O país não pode voltar para trás.

**O PSD continuará a encostar António Costa à herança de José Sócrates?**

O Dr. António Costa ainda não é primeiro-ministro, ainda não é líder do PS, e já vai em 800 milhões de euros de promessas, 600 nos funcionários públicos mais 200 no IVA da restauração. Estamos todos interessados em saber qual é a solução mágica que ele tem para as contas públicas. Por isso é que tememos que o país possa voltar para trás comum a despesa pública descontrolada.

**Se não cumprirmos as metas do OE 2015 corremos o risco de um segundo resgate?**

Acho que vamos cumprir as metas. A ministra das

Finanças disse que o país durante os próximos anos não pode brincar com a situação que tem de enfrentar.

**Portugal devia aliar-se a países como a França e a Itália e pedir uma flexibilização das metas do défice e da dívida?**

Se esses países não cumprirem, os mercados irão penalizá-los. Hoje há uma realidade que é internacional e que não obedece a nenhuma lógica ideológica, que são os mercados. O país tem de tratar da sua vida.

**Durão Barroso é um nome consensual no PSD e no CDS para Belém?**

Não sei responder a isso. É um português com extraordinárias provas dadas de patriotismo, não só na frente política interna como europeia.

Considero altamente lamentável, sectária e paroquial, a atitude que toda a oposição assumiu de não colocar nenhum representante na mais alta condecoração que o Estado português, através do Presidente da República, lhe concedeu.

**Santana Lopes e Rui Rio também seriam bons candidatos?**

Felizmente somos um partido com muitos quadros com currículo para exercer o mais alto cargo da nação.

**E capacidade de bater António Guterres?**

O engenheiro Guterres é uma figura por quem tenho enorme respeito. O problema presidencial é mais amplo do lado do PS do que do PSD.



Poiães Maduro

# Portugal mantém posição dianteira na execução de fundos europeus

A aplicação dos fundos europeus dominou a audição do ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, no Parlamento, com Miguel Poiães Maduro a recordar que não foi ele que iniciou o debate sobre o tema. Miguel Poiães Maduro falava dia 5, no Parlamento, na audição conjunta com as comissões parlamentares de Economia e Obras Públicas; do Ambiente, Ordenamento do Território e da Ética, a Cidadania e a Comunicação, no âmbito da proposta do Orçamento do Estado para 2015 (OE2015), que durou quase cinco horas.

Durante a audição, o ministro, citando declarações do líder da oposição, ao semanário "Expresso", revelou que a taxa de execução global da Câmara Municipal de Lisboa era de 64,7 por cento, o que fica abaixo da média europeia da aplicação de fundos europeus, que é de 68,7 por cento. A taxa de execução de fundos europeus de Portugal, com dados actualizados, segundo o ministro, chega aos 84,7 por cento.

"Acho que não é o debate mais importante em matéria de fundos", mas "vou responder e repor a verdade", salientou o governante. "A taxa de compromisso dos fundos é, porém, já de 108 por cento - estamos manifestamente em situação de 'overbooking' [acima do disponível] -, o que os permite afirmar com segurança que não vamos perder um cêntimo do envelope financeiro que nos cabe no QREN".

Em relação aos fundos aplicados à área da formação profissional, Miguel Poiães Maduro afirmou que agora "o grau de financiamento vai depender do grau de empregabilidade do mercado", ou seja, as empresas candidatas a ajudas europeias vão ter de demonstrar que a formação prestada está enquadrada com as necessidades do mercado laboral.

Sobre as previsões de outono da Comissão Europeia, Poiães Maduro disse que o executivo "não tem nada a dever, em termos de credibilidade de previsões que faz, ao que o Partido Socialista" fez nos anos mais recentes.

"Um partido que quando esteve no Governo errou em oito pontos percentuais a previsão do défice", destacou Poiães Maduro, adiantando que o PS "não tem credibilidade nessa matéria para criticar" a maioria PSD/CDS-PP.

No encerramento da conferência "Cidades do Futuro", Poiães Maduro anunciou que nas "próximas semanas será anunciado um novo programa muito ambicioso, com instrumentos diferenciados de capacitação para melhor gestão de fundos". O ministro lembrou as novas regras de atribuição das verbas provenientes da União Europeia e sublinhou que os montantes estão dependentes dos resultados obtidos, exemplificando que um centro de formação profissional terá mais dinheiro se conseguir melhores taxas de empregabilidade do que os seus concorrentes.

"É um incentivo mais poderoso para garantir a qualidade e a adequação às necessidades de mercado", argumentou o ministro, referindo que, por princípio, os apoios são reembolsáveis, mas há "uma parte que pode não o ser, se houver superação dos resultados contratualizados". Nesta situação podem estar empresas que ultrapassem objectivos no aumento do emprego, produtividade e exportação.

Durante a audição, o ministro afirmou também que "2015 será também um ano de aprofundamento das reformas que temos vindo a promover no âmbito da modernização administrativa e da organização do poder local, em torno de três grandes objectivos: simplificar, aproximar, descentralizar". A descentralização, "tendo em vista a reorganização de competências que deve ser um



pilar fundamental da reforma do Estado", "será uma das nossas maiores prioridades em 2015 e a Proposta de Lei do Orçamento de Estado alarga as permissões legislativas de transferências orçamentais, de infra-estruturas e de equipamentos nas áreas da educação, saúde, acção social e cultura", reiterou.

Esta descentralização é possível "porque a Administração Local está hoje, após três anos e meio de reformas realizadas, numa situação francamente mais equilibrada e sustentável", afirmou Miguel Poiães Maduro, acrescentando que os municípios "que não se encontrem sobre-endividados [223 municípios]: deixam de estar proibidos de contratar; deixam de ter de reduzir pessoal; e podem alterar o seu número de dirigentes".

## Dar tempo ao Conselho Geral Independente da RTP

De acordo com Miguel Poiães Maduro, é preciso dar tempo ao Conselho Geral Independente (CGI) da RTP, órgão independente e de supervisão que iniciou funções em Setembro. O governante lembrou as críticas feitas no passado sobre a interferência dos executivos na RTP, razão pela qual foi aplicado o novo modelo, com a criação do CGI. "Esse modelo de não-interferência assenta num órgão independente e é esse órgão" que se deve pronunciar sobre a questão das antenas internacionais.

"Avaliem pelo funcionamento do modelo, dando tempo ao modelo para ele funcionar", mas "não me peça que interfira com juízos que competem" ao CGI, declarou Poiães Maduro, dirigindo-se ao Bloco de Esquerda.

O serviço público de rádio e de televisão "deve ser supervisionado por um órgão independente, é esta a nossa a nossa opção, só peço que dêem tempo necessário" para que funcione.

Poiães Maduro reiterou que o financiamento da RTP através da taxa de contribuição para o audiovisual (CAV) "garante mais transparência e estabilidade".

Em relação ao novo regime de incentivos aos órgãos de comunicação social locais e regionais, Miguel Poiães Maduro disse que o montante só será conhecido depois de os decretos-lei estarem concluídos.

"Contamos que haja um reforço de verbas, não devemos estar longe dos cinco milhões de euros", adiantou.

Poiães Maduro adiantou que as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional vão ter um papel importante na atribuição destes incentivos, porque são entidades que têm um "melhor conhecimento da realidade onde estão inseridas" e também permitem um menor risco de interferência política.

Além disso, os órgãos de comunicação social vão poder candidatar-se a fundos europeus, em termos de competitividade e internacionalização, o mesmo acontecendo em termos de formação profissional.

"O modelo anterior [de incentivos] não tinha nenhum mecanismo de controlo, sobre quem atribua", agora "a atribuição das CCDR fica sujeita a um controlo pela comissão de acompanhamento que inclui a Entidade Reguladora para a Comunicação Social", adiantou o ministro.

Nuno Crato nas Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”

# O Governo está a “investir bem na Educação”

O ministro da Educação afirmou, dia 4, em Valpaços, que o Governo está a “investir bem na Educação”, destacando medidas a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa, o reforço das ofertas profissionalizantes e o aumento das verbas destinadas à ciência. “Não sei o Orçamento do Estado é despesista, se é austero, eu julgo que é o orçamento que nós precisamos para a política de Educação”, declarou o Nuno Crato, numa conferência inserida nas IV Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”, promovidas pelo PSD, sobre o Orçamento do Estado para 2015.

Apesar do frio da noite, a sala do auditório Multiusos de Valpaços encheu-se para ouvir um discurso de 55 minutos do ministro que fez questão de salientar que o que faz um bom orçamento é “saber onde se investe o dinheiro”. “O que nós estamos a fazer é investir bem na educação”, sublinhou.

E como exemplos o ministro destacou o inglês que passou a ser disciplina obrigatória ao longo de sete anos consecutivos, os 12 anos de escolaridade obrigatória e a valorização do ensino profissional e da qualidade da docência.

Nuno Crato referiu que, apesar dos cortes nas verbas, as universidades hoje estão melhores do que há cinco anos, mas considerou “que tudo tem um limite”.

“Por isso, no orçamento de 2015 está estabelecida uma redução para as universidades de 1,5 por cento máximo porque as universidades tiveram o seu orçamento muito reduzido e chegou a altura de parar. Nós não podemos continuar a reduzir da maneira como estava a ser reduzido”, frisou.

Mas, acrescentou, ao mesmo tempo que se “reduz ligeiramente” o orçamento das universidades, sobe o da ciência e, na sua opinião, “quem vai lucrar em primeiro lugar são as universidades”, porque é que aqui que está a maioria dos centros de investigação.

Relativamente ao Ensino Superior, Nuno Crato destacou ainda os incentivos para o ingresso e retoma dos estudos superiores, designadamente os programas +Superior e Retomar. Em 2015, está previsto um investimento de mais 7,4 por cento (8,4 milhões de euros) na ciência/investigação.

A sessão das IV Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”, em Vila Real, contou ainda com as presenças do vice-presidente, Marco António Costa, do deputado Miguel Santos, e do líder da Distrital, Domingos Dias.

No dia 4, o ministro da Educação e Ciência visitou também as instalações da Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal em Runa, Torres Vedras, no âmbito das comemorações dos 25 anos daquele estabelecimento.



Poupanças de 1,2 milhões de euros por ano

## Aprovadas novas leis orgânicas da Defesa

No quadro da reforma no sector da defesa nacional intitulada “Defesa 2020”, o Conselho de Ministros aprovou, dia 5 de Novembro, um conjunto de alterações à Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), assim como as Leis Orgânicas do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e do Exército, da Força Aérea e da Marinha. Os diplomas alteram a estrutura de cargos dirigentes, superiores e intermédios que a secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional estima representarem uma poupança anual de 1,2 milhões de euros por ano em despesas com pessoal.

Berta Cabral adiantou que houve uma redução em 11 por cento de cargos dirigentes, ou seja, menos 12 lugares de cargos de primeiro nível, e determinados lugares passam a ser ocupados por postos inferiores. Por exemplo, na Marinha, cargos ocupados até hoje por maiores generais e contra-almirantes que passam a ser ocupados por comodoros e, na Força Aérea e no Exército, por brigadeiros generais. Os diplomas prevêem uma redução de 75 unidades das actuais 168 do dispositivo territorial do Exército, e a “disponibilização de 57 imóveis para rentabilização”.

De acordo com a secretária de Estado, a lei orgânica da Marinha passa a estipular a separação da Autoridade Marítima Nacional da estrutura da Marinha, mantendo-se como “elo comum” o almirante chefe do Estado-Maior da Armada à frente do ramo e da Autoridade Marítima. O objectivo é “garantir a disponibilização de recursos humanos e materiais para as missões da Autoridade Marítima Nacional”.

Na Força Aérea, prevê-se igualmente a separação entre o ramo e a Autoridade Aeronáutica Nacional. A Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas incorpora as alterações aprovadas em Julho e Agosto passados à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, atribuindo mais competências ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

O general CEMGFA é o “responsável pelo planeamento e implementação da estratégia militar operacional, tendo na sua dependência hierárquica os chefes de Estado-Maior dos ramos” para a “prontidão, emprego e sustentação de forças e meios”, segundo o comunicado do Conselho de Ministros.

Entre as novas competências do CEMGFA destacam-se a responsabilidade de “garantir o funcionamento” da saúde e do ensino militar.

Berta Cabral garantiu que o diploma “está a ser trabalhado” nos ramos e no ministério da Defesa, adiantando que “em breve” estará em condições de ser aprovado no Conselho de Ministros. Estes diplomas “concluem a segunda fase da reforma Defesa 2020”, aprovada em Abril de 2013, que estipula um orçamento para a Defesa Nacional de 1,1 por cento do PIB e uma redução de efectivos para 30 a 32 mil até 2020.



## Negócios aumentam 0,2 por cento em Setembro



Os negócios na indústria aumentaram 0,2 por cento em Setembro, em relação ao mesmo período do ano passado, recuperando face à queda homóloga de 4,4 por cento em Agosto. O índice relativo ao mercado externo passou de uma diminuição de 4,6 por cento em Agosto para um crescimento de 1,4 por cento em Setembro, enquanto o índice do mercado nacional diminuiu 0,7 por cento, melhorando face à redução de 4,2 por cento no mês anterior. A melhoria dos negócios na indústria foi determinada principalmente, de acordo com o INE, pelo comportamento do agrupamento de Bens de Investimento, que passou de uma queda de 4,4 por cento em Agosto para um crescimento de 9,6 por cento em Setembro. Em termos homólogos, os índices de emprego e de remunerações registaram aumentos de 0,7 por cento e de 0,3 por cento em Setembro (contra 0,7 por cento e 1 por cento no mês anterior).

# Conselho de Ministros de 5 de Novembro

1. O Conselho de Ministros aprovou, no âmbito da reforma “Defesa 2020”, a alteração à Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), de que resulta uma modificação muito significativa dos cargos dirigentes, superiores e intermédios, bem como a correspondente racionalização dos serviços.

A nova orgânica incorpora e concretiza os pressupostos da reforma «Defesa 2020», que apontam para o aprofundamento da reorganização dos serviços centrais, através da fusão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar com a Direcção-Geral de Armamento, Infra-estruturas e Equipamentos de Defesa, dando origem à Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Ainda no mesmo âmbito, à Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) e à Secretaria-Geral do MDN (SG/MDN) são agora atribuídas novas competências. A DGPDN passa a assumir responsabilidades na adopção de metodologias que assegurem a integração, a partilha de informação e a responsabilização das entidades que têm a seu cargo a implementação das diferentes linhas de acção através de estratégias sectoriais específicas do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), bem como de coordenação das componentes não militares da defesa nacional em situações de crise e ou emergência.

Já a Secretaria-Geral assume novas atribuições no âmbito da coordenação, promoção, acompanhamento, preparação e programação das candidaturas a fundos europeus estruturais e de investimento, bem como no âmbito da centralização das compras no universo da defesa nacional.

2. O Conselho de Ministros aprovou a Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), dotando esta estrutura das capacidades adequadas ao exercício das novas competências que lhe foram cometidas.

De acordo com o novo enquadramento normativo, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) é responsável pelo planeamento e implementação da estratégia militar operacional, tendo na sua dependência hierárquica os Chefes de Estado-Maior dos ramos (que passam a relacionar-se directamente com o CEMGFA), para as questões que envolvem a prontidão, emprego e sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças, respondendo em permanência perante o Governo, através do Ministro da Defesa Nacional, pela capacidade de resposta militar das Forças Armadas.

Por outro lado, são ainda atribuídas novas competências ao CEMGFA, nomeadamente no âmbito do ensino superior militar e da saúde militar, passando a garantir as condições para o seu funcionamento. Desta forma, foi expressamente prevista a criação do Instituto Universitário Militar e da Direcção de Saúde Militar, os quais foram colocados na dependência do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA).

3. O Conselho de Ministros aprovou ainda as Leis Orgânicas do Exército, da Força Aérea e da Marinha.

Estes três diplomas assumem o novo enquadramento normativo da estrutura superior das Forças Armadas, constante da Lei da Defesa Nacional e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, que estabelece a nova estrutura da defesa nacional e das Forças Armadas e define a aplicação de novos processos e métodos, bem de como novos conceitos de emprego e funcionamento das Forças Armadas.

É neste contexto, de reforma dos diplomas estruturantes da defesa nacional e das Forças Armadas, que são efectivadas as reorganizações das estruturas orgânica do Exército, da Força Aérea e da Marinha, designadamente com os objectivos e orientações definidas para a execução da reorganização da estrutura superior da defesa nacional e das Forças Armadas.

4. O Conselho de Ministros aprovou a adaptação dos estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras.

Os novos estatutos reiteram a autonomia de gestão, administrativa, patrimonial e financeira, estabelecem os princípios de independência e de responsabilidade dos seus órgãos e colaboradores e definem os poderes de actuação da CMVM.

A par dos poderes de regulação, de regulamentação, de supervisão, de fiscalização e de sanção de infracções, é reforçado o papel da CMVM na resolução de conflitos entre entidades sujeitas à sua supervisão ou entre estas e investidores, confirmando o trabalho que neste âmbito tem sido desenvolvido.

5. O Conselho de Ministros alterou a designação do Instituto de Seguros de Portugal para Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e aprovou os respectivos estatutos, procedendo ao necessário ajustamento na Lei Orgânica do Ministério das Finanças.

Com esta decisão, a ASF passa a reger-se pelo disposto na lei-quadro das entidades reguladoras, pela legislação sectorial e pelo Direito da União Europeia aplicáveis, pelos respectivos estatutos e regulamentos internos.

6. O Conselho de Ministros prorrogou o prazo para a apresentação dos pedidos de restituição aos consumidores do valor das cauções prestadas a serviços públicos essenciais. O prazo para a apresentação desses pedidos é alargado até 31 de Dezembro de 2015

São ainda criadas, para os prestadores daqueles serviços, obrigações adicionais de informação aos consumidores a quem as cauções não foram ainda restituídas, nomeadamente de divulgação das listas dos consumidores em causa.

7. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico relativo à aprovação, atribuição de matrícula, alteração de características e inspecção de veículo automóvel e de ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos participantes em competição desportiva, para efeitos de circulação na via pública.

Este diploma define as condições necessárias para que um veículo concebido ou alterado com vista a participar em competição desportiva possa circular na via pública por ocasião da referida participação em competição desportiva.

No que respeita à inspecção periódica do veículo, os aspectos a controlar, bem como os critérios de aprovação e reprovação, são estabelecidos pela entidade desportiva nacional, mediante aprovação prévia do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.).

Estando todos os requisitos cumpridos, o veículo participante em competição desportiva poderá circular na via pública com uma matrícula própria, no período compreendido entre as 48 horas antes do início da competição desportiva em que vai participar e as 48 horas após o final da mesma e, excepcionalmente, quando se desloque a centros de inspecção, nos termos e condições definidos no diploma agora aprovado.

8. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que assegura a execução das obrigações decorrentes de um Regulamento da União Europeia que estabelece as medidas relativas à introdução de remessas pessoais de produtos de origem animal, com carácter não comercial, provenientes de países terceiros.

São estabelecidos novos procedimentos e medidas adicionais de segurança sobre essas remessas pessoais, com carácter não comercial que chegam de países terceiros, contidas na bagagem dos viajantes, ou que são enviadas em pequenas embalagens dirigidas a particulares, ou encomendadas à distância, designadamente por correio, telefone ou através da internet e entregues ao consumidor.

9. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos no domínio da Redução da Procura e da Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas.

Este Acordo tem como objectivo o reforço e o desenvolvimento da cooperação bilateral entre Portugal e o México, enquanto membros das Nações Unidas e de outras organizações internacionais, considerando que a produção e o tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas representam uma grave ameaça para a ordem pública e para a economia de ambos os Estados, assim como para o bem-estar e a saúde dos próprios cidadãos, em particular da população mais jovem.

10. O Conselho de Ministros aprovou duas propostas de resolução sobre duas emendas aos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, adoptadas em Assembleia Geral, e pelas quais as línguas árabe e chinesa passam a ser reconhecidas também como línguas oficiais desta Organização.

11. O Conselho de Ministros renovou os mandatos dos dois vogais não executivos do conselho superior do Conselho das Finanças Públicas, sob proposta conjunta do presidente do Tribunal de Contas e do governador do Banco de Portugal.

12. O Conselho de Ministros aprovou a designação de dois representantes do Governo no Conselho Económico e Social, em efectivo e um suplente.

Esta designação deve-se ao facto desses representantes exercerem agora funções diferentes daquelas que justificaram a sua designação.

13. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do conselho de administração do Teatro Nacional de São João, E.P.E., assegurando a continuidade de funções da actual presidente e de um dos vogais.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

# PSD/Açores estranha contradições do governo regional no investimento público



O presidente do PSD/Açores considera “estranha a contradição entre as declarações de vários governantes sobre o montante global de investimento e as informações recolhidas junto de muitos agentes da sociedade civil, como a AICOPA, que estima que apenas 240 milhões de euros dos mais 730 milhões do Plano são efectivamente para obra pública nova”.

Duarte Freitas terminou dia 6, um conjunto de reuniões com cidadãos e representantes da sociedade civil de todas as ilhas para analisar as propostas de Plano e Orçamento para 2015.

Nestas reuniões foram abordados os problemas com que cada ilha se depara e a situação de grande fragilidade económica em que se encontram.

Para o presidente do PSD/Açores “não será com os números do governo regional que os açorianos vão ultrapassar as dificuldades” uma vez que o que se nota “é mais do mesmo e a repetição de fórmulas do passado”. “Os Açores precisam de investimento inteligente em todas as ilhas e não da continuação dos mesmos erros”.

“De maior plano em maior plano de sempre, o governo regional socialista conduziu os Açores à maior taxa de desemprego do país, aos piores resultados no sector do turismo e aos piores resultados educativos de Portugal”, lamentou. “Apesar do mau governo regional temos de fazer um esforço para encontrar soluções que melhorem a vida dos açorianos”, frisou.

O líder dos sociais-democratas lembrou que “tanto a reposição do diferencial como a liberalização do transporte aéreo são duas pretensões antigas do PSD/Açores, para as quais muito trabalhámos, que vão ter um efeito muito positivo na vida dos açorianos, melhorar o poder de compra das famílias e dar às empresas um novo fôlego”.

“Estas medidas”, explica o presidente do PSD/Açores, “vão dar maiores rendimentos às famílias e às empresas, por um lado, e permitir a recuperação do sector do turismo, essencial para que a economia possa começar a recuperar”.

## Combate ao desemprego continua a fracassar nos Açores

Os TSD/Açores consideraram que o combate ao desemprego “continua a fracassar” no arquipélago, dado que os Açores continuam a ser a região do país com a taxa de desemprego mais elevada. “Infelizmente, os Açores continuam a ser a região de Portugal com maior taxa de desemprego, com 2,6 pontos percentuais acima da média nacional e sensivelmente o mesmo valor acima do desemprego registado na Madeira”, afirmou o secretariado regional dos TSD/Açores, após a divulgação pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) dos valores da taxa de desemprego no terceiro trimestre deste ano.

Segundo os dados divulgados hoje pelo INE, os Açores continuam a registar a maior taxa de desemprego em Portugal, com 15,7 por cento, enquanto que a nível nacional a taxa de desemprego desceu para 13,1 por cento. “Contrariando a tendência do país, nos Açores o desemprego jovem cresceu no último trimestre, infligindo um duro golpe na esperança dos mais novos e qualificados activos da região, além de se verificar ainda um crescimento do desemprego feminino”, referiram os TSD/Açores.

Para esta estrutura autónoma do PSD/Açores, esta situação demonstra que, “apesar dos anúncios de programas e mais programas feitos pelo governo regional, a estratégia para combater o desemprego continua a não ser eficiente”.

“A divergência dos Açores em relação ao país põe em evidência a falência das políticas regionais de criação de emprego e incentivo à competitividade. Esta é a marca indelével da governação socialista”, salientaram.

Os TSD/Açores acrescentaram que, de acordo com os números revelados pelo INE, “mais de 19 mil açorianos estão privados de rendimentos do trabalho para fazer face a uma vida condigna, cerca de cinco mil estão envolvidos em programas ocupacionais para desempregados” e nos últimos três anos “foram extintos nas nossas ilhas 5152 postos de trabalho”.



# Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: NASCIMENTO RODRIGUES

## EDITORIAL

1. Comemora-se esta semana mais um aniversário do 25 de Abril. Não admirará que os seus inimigos de sempre ponham luto nesse dia, como também não causará surpresa alguma a movimentação de conhecidas áreas abriilistas que, de novo, embandeiraram no propósito de monopolizar as comemorações, reivindicando-se de uma pureza de fidelidade aos ideais de Abril que o voto dos portugueses nunca lhes reconheceu.

Não há nisto algo de novo: uns e outros estão, afinal, do mesmo lado da fronteira histórica, sob a barricada do saudosismo. Que seja o saudosismo do 24 de Abril ou o saudosismo do 11 de Março é para o caso irrelevante.

2. Mas não é irrelevante, já, consciencializar que para muitos e muitos que não se entrincheiravam aí, o 25 de Abril entretanto se tornou esquecido, se é que não suscita um gesto de enfado, quando não, até, um impulso de irritação amarga. Para quantos deles os três «D» da efeméride — Democratização, Descolonização, Desenvolvimento — se foram transformando em sinónimo de outros «D» — Desencanto, Desesperança, Desespero?

Entre esses estarão, quase certamente, os homens que se foram vendo com os salários em atraso de meses, os que continuam à espera de um tecto digno que os albergue, os que querem trabalhar e se arrastam sem vislumbre de emprego, os que procuram investir honestamente e se defrontam com a teia tentacular de papéis, hierarquias e propostas concupiscentes. Muitos deles serão, é bem provável, os jovens que sonharam ser médicos, ou técnicos agrícolas, e foram atirados para sociologia ou encaixados em literatura, para depois palmilhar o caminho infundável do desencontro com as portas do trabalho que por aí não se abrem. E serão ainda, possivelmente, as mães de família que todos os dias operam o milagre da multiplicação de sobras cada vez menos elásticas.

Só não serão as crianças que abalam para a escola de estômago vazio porque essas, coitadas, não sabem que Abil lhes prometeu outro mundo.

3. É verdade que nada disto tem a ver com a fome que se abate sobre África ou com a miséria sob que vegeta a maioria dos povos sul-americanos ou asiáticos. Mas os estômagos não têm o dever de saber captar a justeza dessas frias e bizarras comparações estatísticas intercontinentais, e a consciência de um Povo de oito séculos tem o direito de exigir para os seus filhos que a terra a que pertencem não lhes seja madrastra.

E, todavia, também é verdade que se justifica um orgulho colectivo pelo que se progrediu (pesem as imperfeições) na institucionalização e no exercício das liberdades cívicas e políticas e na modelação do regime democrático; que tem razão de ser uma satisfação serena pela consolidação da autonomia regional dos Açores e da Madeira; que há lugar para uma contentamento, de maior exigência futura, pelas realizações concretas na área autárquica; que cabe uma esperança justificada pela inserção de Portugal na Europa Comunitária e que é fundada a consciência de uma transição mais positiva no nosso relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa. Tudo isto escora alicerces que importa solidificar, aperfeiçoar, ampliar, no combate pela dignidade de cada homem e na preservação de valores multisseculares da identidade nacional.

4. O tempo urge, porém. É preciso lançar por sobre os alicerces as paredes que não se acabaram e os tectos que não se começaram. É preciso que os verdadeiros ideais a que não se deu corpo ainda sejam revigorados pela coragem e lucidez de quem sabe que para espriar a Democracia e manter a Liberdade é preciso cumprir a Justiça.

Assumir 25 de Abril é também, e por isso, assumir-nos como sociais-democratas. No nosso próprio reencontro.

H. Nascimento Rodrigues

## RUI MACHETE E AMÂNDIO DE AZEVEDO PRONUNCIAM-SE SOBRE A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO LABORAL

Na última sexta-feira realizou-se em Lisboa, promovido pela Fundação Oliveira Martins, um seminário nacional sobre a revisão da legislação laboral.

O seminário contou com a assistência de mais de duzentas e cinquenta pessoas, entre sindicalistas, empresários e técnicos.

A sessão da tarde iniciou-se com um painel técnico, em que intervieram o dr. Brito Correia, professor universitário e advogado, e o dr. António Barros, assessor jurídico do ministro do Trabalho e Segurança Social, os quais analisaram os projectos legislativos em discussão pública de um ponto de vista comparativista e sob uma análise técnico-jurídica das soluções encaradas. Seguiu-se um

Continua na pág. 4



## ADESÃO DE PORTUGAL À CEE NO PARLAMENTO

(PÁGINAS 8 e 9)

## FESTA

### DO 11.º ANIVERSÁRIO

A Festa Comemorativa do 11.º Aniversário do nosso partido realiza-se no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, no próximo dia 5 de Maio. Decorrem os trabalhos de organização e numerosos artistas já garantiram que participam.

(NA PÁG. 3)

## CONDOLÊNCIAS PELA MORTE DE TANCREDO NEVES

O vice-Primeiro-Ministro, Rui Machete, fez votos para que «a bem do povo brasileiro» não se perca a mensagem de esperança de Tancredo Neves.

O líder do PSD disse ainda que «com a morte do presidente Tancredo Neves o Brasil perdeu um grande defensor da Liberdade e da Democracia».

«Desapareceu um homem bom que abriu ao Brasil grandes perspectivas de mudança e de progresso», afirmou Rui Machete, acrescentando:

«Faço votos, a bem do povo brasileiro, que a sua mensagem de esperança se não perca, pois essa é a melhor maneira de honrar a sua memória».

O vice-Primeiro-Ministro endereçou à família enlutada e ao povo brasileiro «a expressão do nosso profundo pesar».

## Povo livre

Devido ao feriado do dia 1 de Maio, a próxima edição de «Povo Livre» sai no dia 2, quinta-feira.



## Reinventar as Cidades

Jaime Quesado (\*)

A discussão suscitada pelo Ciclo de Conferências sobre Cidades Inteligentes, que decorreu um pouco por todo o país, envolvendo “redes integradas de cooperação territorial” (Municípios, Universidades, Centros I&D, Empresas, Sociedade Civil), são a melhor demonstração de que em 2013, apesar de todas as políticas públicas e estratégias tendo em vista a modernização do território português, o país teima em não conseguir assumir uma dinâmica de “salto em frente” para o futuro tendo por base os factores dinâmicos da inovação e competitividade. Precisamos por isso de apostar em Cidades e Regiões Inteligentes.

Numa Europa das Cidades e Regiões, onde a aposta na inovação e conhecimento se configura como a grande plataforma de aumento da competitividade à escala global, os números sobre a coesão territorial e social traduzem uma evolução completamente distinta do paradigma desejado. A excessiva concentração de activos empresariais e de talentos nas grandes metrópoles, como é o caso da Grande Lisboa, uma aterradora desertificação das zonas mais interiores, na maioria dos casos divergentes nos indicadores acumulados de capital social básico, suscitam muitas questões quanto à verdadeira dimensão estruturante de muitas das apostas feitas em matéria de investimentos destinados a corrigir esta “dualidade” de desenvolvimento do país ao longo dos últimos anos.

Apesar da relativa reduzida dimensão do país, não restam dúvidas de que a aposta numa política integrada e sistemática de Cidades Médias, tendo por base o paradigma da inovação e do conhecimento, com conciliação operativa entre a fixação de estruturas empresariais criadoras de riqueza e talentos humanos indutores de criatividade, é o único caminho possível para controlar este fenómeno da Metropolização da capital que parece não ter fim. O papel das Universidades e Institutos Politécnicos que nos últimos 20 anos foram responsáveis pela animação de uma importante parte das cidades do interior, com o aumento da população permanente e a aposta em novos factores de afirmação local, está esgotado.

Desta forma, o compromisso entre aposta, através da Ciência, Inovação e Tecnologia, em Competitividade Estruturante na Criação de Valor Empresarial, e atenção especial à Coesão Social, do ponto de vista de equidade e justiça, é o grande desafio a não perder. A Sociedade do Conhecimento tem nesta matéria um papel muito especial a desempenhar e numa época onde se assiste à crescente Metropolização do país em torno do Porto e Lisboa, a aposta em projectos de coesão territorial como as “Cidades e Regiões Digitais” pode fazer a diferença, com o papel de diferença de aposta na qualidade de vida e crescimento económico.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



## Um erro, uma gafe ou “só” política pouco séria?

Miguel Poiares Maduro (\*)

Foi com surpresa que li o direito de resposta do Dr. António Costa a uma coluna de opinião. Aproveita a invocação do direito de resposta para repetir a tese, assente em factos errados, que tem apresentado sobre os fundos europeus.

Pior que cometer um erro, é procurar escondê-lo. O Dr. António Costa tem de decidir se quer participar numa discussão séria e honesta sobre os fundos ou se, em vez disso, prefere procurar esconder erros e gafes. A questão já não é de números mas de seriedade e credibilidade.

Vamos aos factos, aqueles em que deve assentar esta discussão séria e honesta:

1 - Fomos acusados de estarmos atrasados a executar os fundos. Acontece que Portugal é simplesmente o Estado da União Europeia (UE) com a melhor taxa de execução. Se somos criticados por sermos os primeiros o que seria se não o fossemos (como no tempo em que o Dr. António Costa estava no Governo...). Disse também que devíamos ter executado o QREN até final de 2013. Sucede que a execução do QREN prolonga-se até final de 2015.

Sempre foi assim com todos os quadros financeiros em todos os Estados-membro. O Dr. António Costa tem aliás obrigação de o saber pois o município que dirige continua a executar fundos do QREN...

2 - Acusou igualmente o Governo de ir reduzir o investimento com fundos no próximo ano. Confrontado com o facto de ter afirmado isso com base num gráfico relativo às transferências financeiras entre a UE e Portugal e não ao investimento com fundos (que na verdade, se estima aumentar 40%), veio afirmar que não há erro porque se referia apenas às transferências financeiras.

Basta rever as suas afirmações iniciais para confirmar que não foi isso o que disse. E se realmente só pretendia falar de fluxos financeiros fica por explicar qual a relevância de o ter suscitado. Tendo confundido quilos com metros diz que não se enganou porque acertou nos quilos ainda que estivesse a procurar medir distâncias!

Seja como for, e para que não subsistam quaisquer dúvidas resultantes da confusão lançada pelo Dr. António Costa, é importante explicar a redução das transferências e porque não tem relação com o investimento dos fundos. De facto, as transferências entre a UE e Portugal não coincidem com a execução dos fundos. Não sendo a única, a razão principal é está: 5% das verbas totais do quadro financeiro que se está a fechar (o QREN) apenas são transferidas dois anos após o seu encerramento.

Isto resulta das regras europeias e não afecta a execução dos fundos (se afectasse seria impossível a qualquer Estado executar a 100%, o que tem sempre de acontecer até ao final de 2015). É por isso mesmo que o OE prevê outras formas de financiamento para apoiar e aumentar a execução dos fundos no próximo ano. Nomeadamente, estão previstos mais 1.800 milhões no arte 122.

Com a conjugação do fim do QREN e o Portugal 2020, no próximo ano, a nossa estimativa é que será possível aumentar o volume de investimento com os fundos em quase 40% (mais 0,7% do PIB).

Há um ponto em que o Dr. António Costa tem razão: o volume de investimento previsto é uma estimativa. Só pode mesmo ser uma estimativa, precisamente porque não há correspondência directa entre os meios financeiros disponíveis (que, como vimos, são bastante superiores aos referidos pelo Dr. António Costa) e o investimento dos fundos. Nós não fazemos essa confusão... Mas é esta seriedade, associada à competência demonstrada em termos a melhor taxa de execução da UE, que confere à nossa estimativa uma credibilidade que qualquer estimativa do Dr. António Costa nunca terá depois dos erros sucessivos que tem cometido nesta matéria e, sobretudo, o esforço para os esconder.

Lamento que o Dr. António Costa tenha feito deste tema tão estratégico para o país de forma tão pouco séria ou cuidada um tema de combate político. O que falhou no passado em matéria de fundos estruturais não é quanto se investiu mas sim como se investiu: as prioridades de investimento, os critérios de selecção de projectos, as condições de atribuição, os processos de avaliação. É para corrigir o que correu mal nesta matéria que estamos a fazer uma reforma profunda na gestão e utilização dos fundos. Sobre isto, a nova liderança do Partido Socialista não parece ter nada a contribuir.

(\*) Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional ©Diário Económico



# Crescei e multiplicai-vos

Rosa Maria Arezes (\*)

O problema já tem décadas. Mas, tal como aconteceu em muitas outras áreas, foi sucessivamente esquecido. Porque não dava votos, não era uma questão popular, nem se tratava de um tema fracturante. Bem pelo contrário, os ventos sopravam noutra direcção e, por isso, convinha deixar correr!

E, assim, o País foi definindo demograficamente. A usura imediatista dos “lobbies pensantes” e a fuga permanente às questões difíceis conduziu-nos, também nesta matéria, a uma situação de ruptura: Portugal está entre os países do mundo com um índice de fecundidade mais baixo – próximo de 1.21 –, quando a sustentabilidade só fica assegurada com 2.1.

Desde os anos oitenta, o País não só não cresceu, como ficou para trás, envelheceu, invertendo-se uma tendência de séculos. Mesmo em períodos de abundância e de esbanjamento de milhões e milhões em políticas altamente discutíveis, a gravidade do problema apenas reuniu a indiferença.

O País foi perdendo o seu activo mais importante – as pessoas – e foi-se afundando numa situação insustentável em que o peso acrescido das gerações mais idosas põe mesmo em causa o actual modelo de organização social.

Ainda bem que o actual Governo teve a coragem de, pela primeira vez ao fim de décadas, trazer o problema para o topo do debate público e de defender uma política de natalidade. Mesmo em tempos de penúria financeira.

Os primeiros sinais estão já a ser dados. A partir do próximo ano, muda a forma como os filhos são considerados, em termos de IRS, passando o rendimento colectável a ser dividido também pelo número de descendentes. Pela primeira vez, temos um Orçamento que é mais amiga das famílias com filhos e com avós a cargo, sem, contudo, penalizar as restantes.

É um primeiro passo. Mas outros serão, certamente, dados no combate ao problema. Para além da vertente fiscal, impõem-se políticas laborais e familiares, medidas consistentes de oferta de serviços públicos e sociais, que aprofundem a difícil conciliação da vida profissional com as obrigações de maternidade e paternidade. Impõem-se opções de fundo que garantam a efectiva fruição de grávidas, crianças e famílias. Impõe-se, enfim, um clima mais favorável a uma nova cultura propícia à Vida.

É verdade que uma política de natalidade não traz votos. Mas facilitar, cada vez mais, a vida das famílias e os seus projectos é fundamental, porque está em jogo o nosso futuro colectivo como Nação.

Trata-se de um desígnio que a todos deve mobilizar. O líder do maior Partido da oposição já escreveu algumas linhas – poucas – sobre o tema. Mas será um começo... para um compromisso em que, acima de tudo, se removam os obstáculos à fecundidade desejada.

Mais do que nunca, o País precisa de estar em sintonia, também neste objectivo. Um objectivo simples, mas primordial e decisivo: “Crescei e multiplicai-vos”.

(\*) Deputada do PSD

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir, no próximo dia 24 de Novembro de 2014, (segunda-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua Pedro Nunes, Traseiras nº 3 -B, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Apresentação e ratificação de Protocolo sobre aquisição da Nova Sede

3 -Análise da situação política

### CONDEIXA - A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova, para reunir, no próximo dia 29 de Novembro de 2014, (sábado), pelas 21H00, na Casa do Povo de Sebal, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

1 - Apresentação, discussão e aprovação do Plano de Acção e estratégia política a desenvolver na Secção durante 2015

2 - Apresentação, discussão e aprovação do Orçamento para 2015

3 - Análise da situação política concelhia;

4 - Apreciação da actuação da CPS

### ESTRASBURGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Estrasburgo, para reunir no próximo dia 14 de Dezembro de 2014, (domingo) pelas 10h00, no nº 12 Bld Jean Sebastien Bach 67000 Estrasburgo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção

Notas:

- As listas de candidatos, devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,

- As urnas estarão abertas das 10h00 às 12h00.

Notas:

- As listas de candidatos, deverão ser entregues, na sede da Secção de Vila Nova de Gaia, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h30, na sede de Vila Nova de Gaia.

### PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h30, no Auditório do Museu Municipal de Penafiel, sito na Rua do Paço, s/n, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise, discussão e votação da proposta de plano de actividades e orçamento para 2015

3 - Análise da situação política

### PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Porto de Mós, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo N.º 2, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política nacional.

2 - Análise da situação política concelhia.

3 - Outros assuntos

### SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra, para reunir no próximo dia, 13 de Dezembro de 2014, (Sábado) pelas 18H00, na Rua de Santiago, Lote 789-2º. - Boa Água 1 - Quinta do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da actividade autárquica e da actualidade política

2 - Plano de actividades e orçamento para o ano de 2015

3 - Outros assuntos.

### GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir, no próximo dia 28 de Novembro de 2014, (sexta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

3 - Outros assuntos

### MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir, no próximo dia 17 de Novembro de 2014, (segunda-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua Clara Vaz, nº 1 - 2º Esq., com a seguinte,

Ordem de trabalhos

Ponto único - Análise da Situação Política

### NÚCLEO DE VILAR DE ANDORINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Vilar de Andorinho, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2014, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo



**VALONGO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir, no próximo dia 05 de Dezembro de 2014, (sexta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

1 - Apresentação do Orçamento do Estado de 2015, com a presença do Deputado Duarte Pacheco

2 - Análise da Situação Política

**VILA DE REI**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila de Rei, para reunir no próximo dia 21 de Dezembro de 2014, (domingo) pelas 10h00, na sede da Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção

Notas:

- As listas de candidatos, devem ser entregues, à Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,

- As urnas estarão abertas das 10h00 às 13h00.



**ÁGUEDA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD ÁGUEDA, para reunir no dia 20 de Dezembro de 2014, na sede concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, às 15h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia JSD ÁGUEDA.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Regional Aveiro, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas, no dia 20 de Dezembro, estarão abertas entre 15h00 e as 17h00.

**BRAGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da secção de Braga da JSD para reunir no dia 21 de Novembro de 2014, na sede do PSD de Braga, sita no Largo da Senhora-a-Branca, n116, pelas 21:30, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política Local/Nacional;
3. Outros assuntos;

**CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Castelo Branco, para reunir no dia 19 de Dezembro de 2014, pelas 21 horas, na sede concelhia, sita na Rua do Pina, n.º 6, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia JSD Castelo Branco.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Regional Castelo Branco, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas, no dia 19 de Dezembro, estarão abertas entre 21 horas e as 23h00m.

**SÃO JOÃO DA PESQUEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 12 de Dezembro de 2014, das 20 horas às 22h00m, na Sede da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões, sita na Rua Afonso Leão III, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa e da Comissão Política da Concelhia da JSD São João da Pesqueira.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**SESIMBRA**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta concelhia para reunir no dia 20 de Dezembro de 2014, das 21h00 às 23h00, na sede concelhia - Rua da República, nº20 - 1º esquerdo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos concelhios: Mesa de Plenário e Comissão Política da JSD Sesimbra.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h00m.

**MAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 19 de Novembro de 2014, às 21H30, na sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, 4470-382 Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Esclarecimentos sobre o Happy Maia;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

**NÚCLEO DE CASTÊLO DA MAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD do Castêlo da Maia para reunir no próximo dia 19 de Novembro de 2014, às 21H00, na sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, 4470-382 Cidade da Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Outros assuntos.

**NÚCLEO DE LOUROSA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Lourosa, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2014, pelas 14h30m, na sede do PSD/JSD de Louros, sita no Centro Comercial Avenida, Rua dos Fontanários, nº387A, Freguesia de Lourosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições do Órgãos do Núcleo Residencial de Lourosa: Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h30m e as 16h30.

